

CARACTERIZAÇÃO DO PARCELISMO DAS TERRAS NAS PROPRIEDADES FAMILIARES DE FUMO NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL- RS

Marcos Roberto Diehl¹ Pedro Selvino Neumann¹ Michelle Dullius¹ Carla Patrícia Noronha Dornelles¹
Andréia Nunes Sá Brito¹ Andréia Furtado da Fontoura¹ e Gustavo do Nascimento Friedrich¹

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, E-mail diehl@mail.ufsm.br

RESUMO

A presente pesquisa pretende caracterizar o parcelismo das terras que conformam as unidades de produção de fumo dos agricultores familiares do município de Paraíso do Sul. Uma Unidade de Produção Agrícola é geralmente pluri-parcelária, agrupa parcelas ou glebas de tamanhos e formatos diferentes e, por vezes, isoladas uma das outras. O parcelismo é um processo característico de regiões com larga tradição em agricultura familiar e com unidades de produção relativamente pequenas. O município de Paraíso do Sul localiza-se na região do COREDE-Centro/RS, tendo uma população de 7.544 habitantes (IBGE 2004). A região é formada basicamente de pequenas e médias propriedades, tendo o fumo como atividade principal. Todos os estabelecimentos rurais do município foram submetidos à pesquisa, através da aplicação de um cadastro sócio-econômico desenvolvido pela UFSM. A produção de fumo se caracteriza por ser um sistema que necessita de grande disponibilidade de mão-de-obra em todas as suas etapas, sendo por isso produzido normalmente em monocultivo. E é justamente por este motivo, e por necessitar de um dedicado acompanhamento, que se trata de um sistema de produção familiar e que ocupa pequenas áreas mais próximas às residências. O estudo constatou que 46% das unidades de produção de fumo do município são formadas por 2 ou mais imóveis rurais (terras), separados entre si por uma distância média de 1,3 KM. Em 83% das unidades de produção o cultivo do fumo ocorre em mais de duas parcelas isoladas (lavouras), sendo que em 35 % do total das unidades o fumo é cultivado em mais de 4 parcelas. Assim, a presente pesquisa constatou o parcelismo das terras nas unidades familiares de produção de fumo no município de Paraíso do Sul, cabendo agora responder sobre os impactos e efeitos desse parcelismo na sustentabilidade dos sistemas de produção de fumo nas propriedades familiares do município.

Palavras-chave: Parcelismo, Fumo, Sustentabilidade, Paraíso do Sul, Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa pretende estudar o parcelismo existente em propriedades produtoras de fumo no município de Paraíso do Sul, localizado na região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Centro do Estado do Rio Grande do Sul (COREDE- CENTRO/RS).

No Brasil as discussões acerca do parcelismo ainda são muito pouco abordadas, restringindo-se em muitos casos, aos meios acadêmicos. Desde a criação do Estatuto da Terra em 1964, existem previsões de políticas de reordenamento fundiário, porém como já foi dito anteriormente, o problema é pouco abordado no país, e a literatura muitas vezes negligenciam o tema.

Assim, a pesquisa visa contribuir com informações até agora inexistentes sobre a influência do parcelismo das terras sobre os resultados nas Unidades de Produção, subsidiando assim as políticas de planejamento e ordenamento territorial, bem como às políticas e ações relacionadas à busca de alternativas produtivas (sistemas de produção) mais apropriadas às características do formato das terras das propriedades agrícolas, contribuindo com informações indispensáveis para que o município defina as políticas e ações de desenvolvimento local.

Uma Unidade de Produção Agrícola é geralmente pluri-parcelária, agrupa parcelas (glebas) de tamanhos e formatos diferentes e por vezes, isolados umas das outras. O excesso do fracionamento do espaço agrícola em parcelas (o parcelismo) é um processo característico de regiões com larga tradição em agricultura familiar e com unidades de produção relativamente pequenas.

A fragmentação das parcelas, definida pelo Banco Mundial como sendo o processo de dispersão geográfica das terras das propriedades, é resultado da pressão demográfica que força os agricultores a buscarem terras adicionais mais longe de suas instalações, através de compra ou arrendamento

(BLAREL et al., 1992). É considerada como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável em determinadas regiões rurais, especialmente em países em desenvolvimento, fazendo com que o reordenamento fundiário esteja entre os graus de prioridade mais elevados para a FAO/Divisão de Desenvolvimento Sustentável. Assim, grande parte dos países de agricultura familiar tradicional e de países emergentes, têm implementado ações que visam reduzir o número de parcelas e simplificar suas formas.

Para McPHERSON (*apud* LUSHO & PAPA, 1998) o excesso de fracionamento do espaço agrícola em parcelas é um fator restritivo da produção agrícola, gerando barreiras à modernização, uma vez que inibe o desenvolvimento da mecanização, dificultando a manutenção dos implementos e animais (que depois do deslocamento precisam descansar antes de começar o trabalho) e outras práticas agrícolas; aumento do tempo de trabalho (onde a necessidade de deslocamento é um fator de grande influência), problemas econômicos e produtivos; maior necessidade e dificuldade de organização das várias parcelas. É ainda de grande relevância o fato de que, por ser uma cultura muito exigente em mão-de-obra, é geralmente cultivada em pequenas áreas, e quando há excedente de terras em parcelas distantes, estas muitas vezes acabam sendo abandonadas por todos estes entraves já citados.

Em relação ao aumento do tempo de trabalho CLAY et al. (1994), em estudos realizados em unidades de produção de Ruanda, afirmam que o tempo gasto com os deslocamentos em unidades com mais de 10 parcelas é, em média, de 14,8 minutos, comparados com 7,1 minutos necessários para as unidades com menos de 5 (cinco) parcelas. E numa cultura onde o processo produtivo é rústico e manual, uma perda de tempo com deslocamento pode significar uma quebra relevante na produtividade, ou menor qualidade pela pressa em terminar o trabalho devido ao tempo reduzido. Já para BADOUIN (1979), o parcelismo é um inconveniente muito maior em pequenas unidades de produção do que nas grandes, pois as perdas de tempo não seriam significativas quando as parcelas são grandes.

O efeito positivo sobre a distribuição do trabalho, destacado por BADOUIN (1979), deve-se a possibilidade do mesmo ser mais facilmente dividido no tempo, se a unidade de produção possuir várias parcelas com características diferentes. Por exemplo, após um período de chuvas, os solos com certas características podem ser mais permeáveis do que em outras parcelas. Assim, a execução do trabalho pode acontecer de maneira mais oportuna e rápida se a propriedade possuir parcelas com solos diferentes. Caso a unidade possua apenas parcelas homogêneas em relação ao solo, o trabalho em uma mesma cultura não poderá ser facilmente escalonado. Já a diminuição dos riscos vincula-se à existência de várias parcelas dispersas, pois grande parte dos fenômenos que pode trazer riscos, tais como o granizo, costuma ser bem localizado. Por último, a existência de várias parcelas tenderia a favorecer a prática da policultura nas unidades de produção, adequando mais as culturas às características de cada parcela.

Muito embora os efeitos positivos sejam vistos, a maioria dos autores enfatiza a problemática da fragmentação como sendo de maior impacto na produção do que estes efeitos positivos.

Neste sentido, muitos países estão implantando políticas de reordenamento fundiário, sendo que destes, alguns já estão em avançado grau de desenvolvimento. O reordenamento fundiário é fundamentalmente um processo de realocação da unidade de produção e dos usos da terra. TENKANEN (2001), em seu estudo sobre a adoção de políticas de reordenamento fundiário, conclui que elas são bastante empregadas em vários países da Ásia e da África, na América, e em Quebec, no Canadá.

Este reordenamento atua como ferramenta para várias melhorias no sistema produtivo, não abrangendo apenas a melhoria da Unidade de Produção, mas também aspectos ambientais, como reflorestamentos, proteção e a gestão de espaços naturais; otimização do espaço da propriedade, promoção de uma agricultura mais eficiente, melhoria nas condições de trabalho, uso e manejo do solo, entre outros. No Brasil, o Banco da Terra é a medida utilizada pelo Governo Federal no sentido de otimizar este uso e gestão das terras, e possibilitar o reordenamento fundiário.

Para VAN DIJK (2000), o grande impacto agrícola da otimização do formato da Unidade de Produção Agrícola é, na verdade, a criação de novas oportunidades para a unidade. A diminuição do tempo de trabalho pode significar o aumento do tempo livre, que pode ser direcionado a várias outras atividades, inclusive a aplicação deste tempo no próprio processo produtivo, intensificando o sistema de produção.

Dentro desta linha de pesquisa, o que se pretende com este trabalho é estudar o parcelismo existente em propriedades produtoras de fumo no município de Paraíso do Sul, localizado na região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Centro do Estado do Rio Grande do Sul (COREDE-CENTRO/RS), que abrange outros 33 municípios localizados na mesma região.

O tabaco é hoje a principal planta não alimentícia cultivada em todos os continentes. Sua produção anual está em torno de seis milhões de toneladas, com crescimento previsto pela FAO de um a 1,5% ao ano, até 2005, quando deverá movimentar cerca de US\$ 20 bilhões, segundo dados da AFUBRA.

O agronegócio do fumo exerce grande importância na economia brasileira, com bons reflexos na esfera social, sendo responsável pela arrecadação de grandes somas em impostos, envolvendo mais de 650 mil agricultores na produção primária e empregando mais de 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamento e nas fábricas de cigarros, cigarrilhas e charutos. Ao longo de toda a cadeia produtiva, desde o seu plantio até a comercialização, há o envolvimento de, aproximadamente, 2,2 milhões de pessoas.

Segundo informações da AFUBRA, o Brasil ocupa a posição de segundo maior produtor mundial de fumo, portanto convém destacar que a fumicultura brasileira encerra um quadro de dicotomia estrutural, onde a Região Sul desponta como principal e progressista espaço produtivo, representando 96% da produção brasileira com 623.311 t. Na safra 2001/2002, o Rio Grande do Sul foi responsável por 53% da produção nacional, Santa Catarina por 31% e o Paraná por 12%.

As duas variedades cultivadas na Região são: o Fumo Virginia e o Fumo Burley, que se distinguem pelo fato de possuírem o processo de colheita diferenciado. Popularmente, devido aos processos de secagem de cada variedade, o Virginia é conhecido como "fumo de estufa" e o Burley, como "fumo de galpão".

Os dois tipos de fumo distinguem-se pela quantidade de mão de obra demandada com o cultivo. O fumo Burley, cultivado nas microrregiões de colonização italiana, geralmente é associado a outros cultivos, enquanto o de estufa, amplamente predominante na Microrregião de Colonização Alemã, é cultivado na forma de monocultura, raramente ocorrendo associado à outra cultura de forma comercial. A cultura que mais está associada ao cultivo do fumo de estufa é o milho de safrinha, cultivado em sucessão ao fumo, beneficiando-se, assim, da sobra de adubação. No cadastramento dos agricultores, foram raros os que declararam comercializar o milho, sendo que, quando feito, foi feito em pequena escala, ou seja, apenas 7,5% das unidades de produção comercializam o milho, com uma média de 50 sacas por unidade de produção.

A produção de fumo é feita em geral, em baixa escala de produção por necessitar de muita mão-de-obra, restringindo-se às pequenas áreas, de acordo com a mão-de-obra disponível, que normalmente é familiar. Isto gera uma relação inversamente proporcional com a produtividade e a qualidade do produto, ou seja, quanto maior a área, menor a qualidade e a produtividade (mantendo a variável mão-de-obra constante), pois se trata de uma cultura que exige muita dedicação. Por isso a produção do fumo não se dá em escala empresarial. O cultivo do fumo é fortemente integrado às empresas fumageiras, tanto a montante do processo, no que se refere ao fornecimento de todo o pacote tecnológico de insumos (crédito) e da assistência técnica, como a jusante do processo, na compra e determinação da qualidade e do preço do fumo. O preço do fumo é estabelecido conforme a classificação que o produto recebe pela fumageira, pois as folhas de cada estágio da planta são classificadas de acordo a sua qualidade.

Nas áreas de cultivo de fumo, tradicionalmente são encontradas três categorias de agricultores familiares: os que não têm terras e se associam a outros para cultivar o fumo, os meeiros, mais conhecidos na região como sócios; e os agricultores que dispõem de terras próprias para a produção.

A mão de obra utilizada na cultura fumo se caracteriza por ser essencialmente de caráter familiar, sendo que a média de pessoas adultas nas unidades que cultivam até 1,5 hectares da cultura é entre 2,5 a 2,9 pessoas por unidade, e, nas que cultivam mais de 1,5 hectares, é de 2,5 a 3,1 pessoas por unidade. É muito comum a troca de serviços entre as unidades, sendo que a contratação temporária ocorre em somente 12% das unidades.

É importante notar que a fragmentação das unidades produtoras de fumo embora ocorra em um grande número de estabelecimentos está mais amplamente relacionada ao parcelismo na mesma cultura, ou seja, não se tem uma grande variedade de cultivos, pois a cultura de fumo não possibilita que o produtor se dedique à muitas outras tarefas, que ficam restritas à agricultura de subsistência na

maioria das vezes. Este aspecto deve ser levado em consideração como um possível auxiliar nas políticas de reordenamento fundiário.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no município de Paraíso do Sul, localizado na região do COREDE-Centro/RS. A economia depende fundamentalmente da agricultura familiar de pequeno porte, tendo como atividades principais o fumo de estufa e o arroz irrigado. O município se emancipou recentemente de Cachoeira do Sul e tem uma população de 7.197 habitantes, sendo 22,4% considerada urbana e 77,6% rural (IBGE, 2001). O histórico de ocupação da região retrata diferenças no modo de agricultura no que diz respeito a tecnologias, estrutura, funcionamento e condições sócio-econômicas dos agricultores, e com o atual processo de transformação pelo qual passa o meio rural e a agricultura essas diferenças foram intensificadas.

Todos os estabelecimentos rurais do município foram submetidos à pesquisa, através de um cadastro sócio econômico desenvolvido pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. A partir dos dados recolhidos no cadastro rural, foram feitas análises e tabulações na busca de resultados sobre o parcelismo das lavouras de fumo do município de Paraíso do Sul. É importante salientar que os dados apresentados referem-se apenas àquelas propriedades que possuem produção de fumo (não exclusivamente), sendo excluídas as que possuem outros tipos de produção.

RESULTADOS E DISCUÇÃO

Foram cadastradas, dentro do Programa de Análise Fatorial, de 1.113 estabelecimentos rurais de Paraíso do Sul. O cadastro consta de um questionário socioeconômico completo sobre a propriedade, com o intuito de ter-se uma visão geral da Unidade de Produção e de todos os seus aspectos, para posterior utilização em outras linhas de pesquisa que visam o desenvolvimento rural da região. Constam no cadastro informações sobre a estrutura familiar, tipo de trabalho realizado pela família, quais os recursos disponíveis dentro da propriedade (abastecimento de luz, água, telefonia), os tipos de associações e organizações às quais o agricultor participa, estrutura da propriedade, financiamentos, mão-de-obra utilizada, benfeitorias, maquinário, divisão da Unidade de Produção (neste ponto se analisa a fragmentação ou não da propriedade), produção animal, vegetal e agroindústria caseira. Estes dados montam um mapa de cada unidade de produção, tornando possível a visualização das estruturas rurais e sua forma de organização.

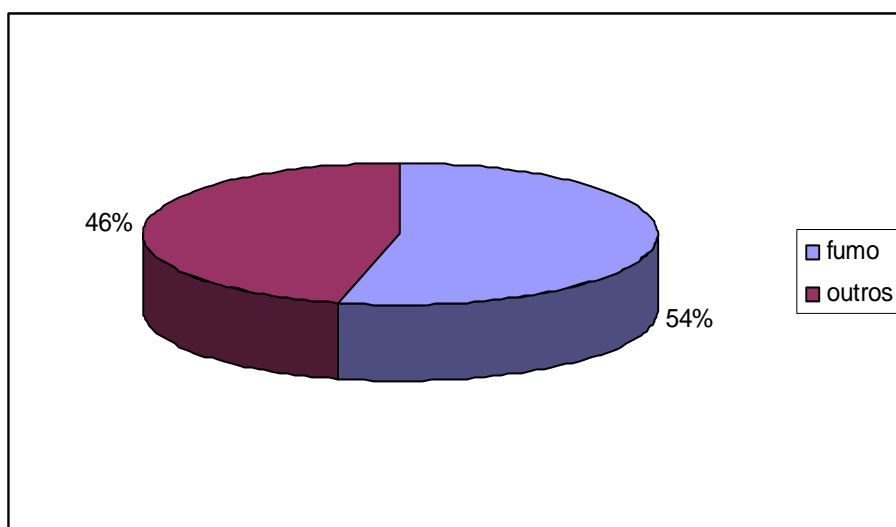


Figura 01. Relação entre o número total de propriedades e o número de propriedades produtoras de fumo no município de Paraíso do Sul-RS

Pelo gráfico pode-se perceber que a cultura do fumo é predominante no município, sendo que mais de 50% (exatamente 54%) das Unidades de Produção Agrícola produzem fumo. Novamente

notando que esta produção não é necessariamente exclusiva. Isto demonstra a grande importância da cultura dentro da economia local.

Na figura 02, é apresentada uma relação entre a produção de fumo com o tipo do estabelecimento.

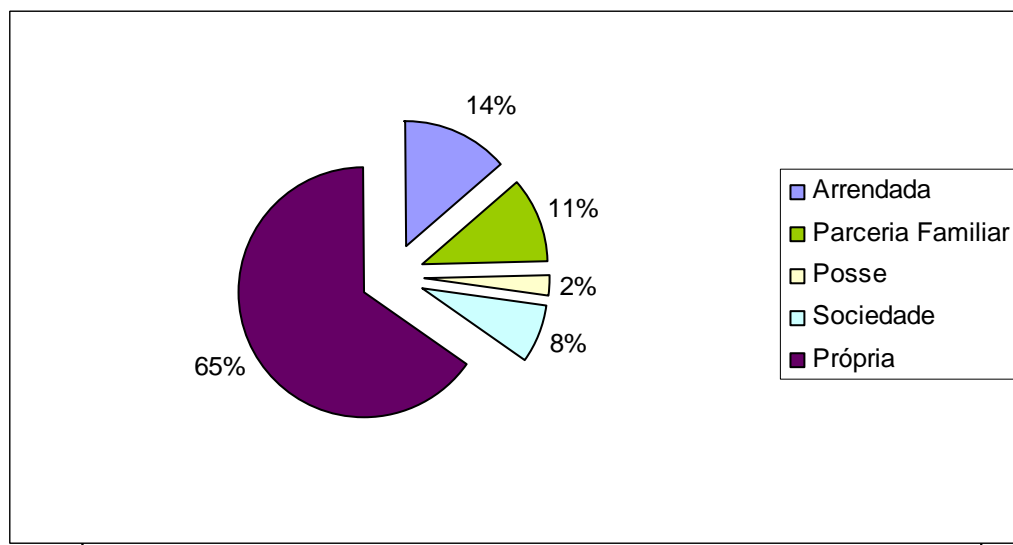


Figura 02. Relação entre a produção de fumo com o tipo do estabelecimento no município de Paraíso do Sul-RS

Observando o gráfico acima podemos observar que a grande maioria dos estabelecimentos rurais são do próprio produtor (65%), mas podemos considerar a quantidade de estabelecimentos arrendados (14%) e o número bem considerado de propriedades com sócios (8%).

Na tabela 01, há uma primeira demonstração do parcelismo existente nas propriedades produtoras de fumo do município, com seus valores quantitativos e já uma primeira relação de porcentagem.

Tabela 1. Relação entre número de lavouras nas propriedades produtoras de fumo e suas respectivas quantidades no município de Paraíso do Sul - RS

Número de Lavouras	Número de Propriedades	%
1	188	31,28
2	133	22,13
3	107	17,80
4	62	10,31
>4	111	18,46

No gráfico abaixo (figura 03) estes dados podem ser melhor visualizados:

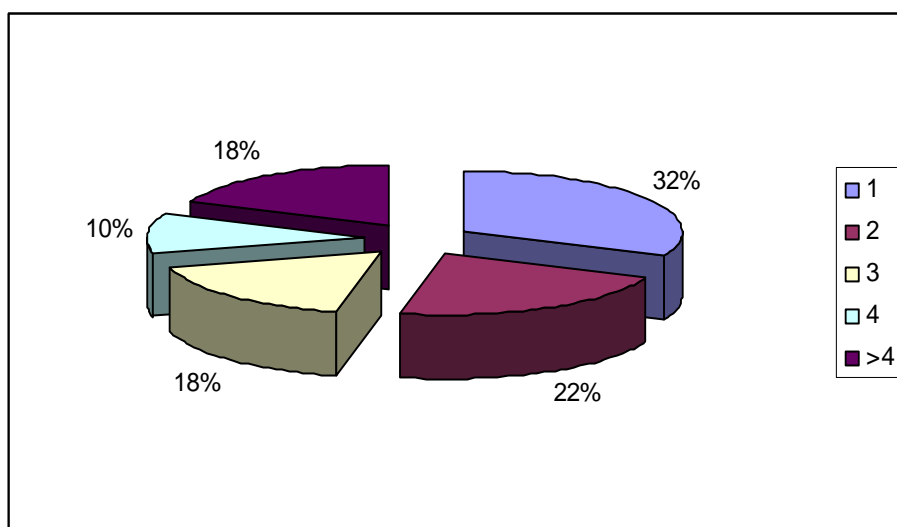


Figura 03. Relação entre número de lavouras nas propriedades produtoras de fumo e suas respectivas quantidades no município de Paraíso do Sul – RS*

* Os dados foram arredondados dentro das normas estatísticas para que o layout ficasse mais claro.

Com base na figura 03 pode-se notar claramente que o parcelismo está presente no município de Paraíso do Sul, uma vez que apenas 32% das Unidades de Produção possuem apenas 1 (uma) lavoura.

Analisar se as políticas de reordenamento fundiário estão tendo a eficiência esperada exigiria um acompanhamento à longo prazo das estatísticas do parcelismo no município de Paraíso do Sul, algo à que o presente trabalho não se propõe. Porém, a existência do parcelismo está verificada, conforme os dados apresentados.

A quantidade de parcelas por propriedade apresenta-se de forma bastante variada, não sendo possível verificar uma tendência média de parcelas. Com isto, torna-se necessária a análise de qual é a maneira com que este parcelismo influencia na estrutura das Unidades de Produção Agrícola, no aspecto econômico, social e ambiental (se o processo é agroecologicamente correto).

Estes resultados auxiliarão como ferramenta para que as políticas de reordenamento fundiário sejam mais eficientes, servindo como subsídio para um melhor planejamento da atividade produtiva e fornecendo dados para o estudo dos impactos do parcelismo, que poderão ser mais aplicados.

CONCLUSÃO

Com base nos dados obtidos, pode-se ver claramente que o parcelismo está presente nas propriedades do município de Paraíso do Sul. As causas são diversas, indo desde partição de terras por herança, até a necessidade de aumento da produção com arrendamento de novas glebas distantes da propriedade onde reside o agricultor.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte, : Ed. UFMG, 1999. 519 p

BADOUIN, R. **Économie Et Aménagement De L'espace Rural**. Paris: Presses Universitaires de France, 1979. 234p

BANET, T. A. & MORINEAU, A. **Aprender de los Datos: El Análise de Componentes Principales**, Barcelona, EUB, 1999.

BASSAB, W. O., MIAZAKI, É. S. & ANDRADE, D. F. **Introdução à Análise de Agrupamentos**. São Paulo, IME – USP, 1990.

BLAREL, B. HAZZEL, P., PLACE, F. & QUIGGIN, J.. The Economics Of Farm Fragmentation – Evidence From Ghana And Rwanda. **World Bank economic Review, Washington: World Bank Publications**, 6: (2) 233-254, May 1992.

BULLARD, R. K.. Land Consolidation The International Dimension. In: **FIG XX. INTERNATIONAL CONGRESS**. Melbourne, 1994. Congress Proceedings Austrália: FIG, 1994.

CLAY, D. C. GUIZLO, M. & WALLACE, S. **Population And Land Degradation**. Working Paper, University of Wisconsin-Madison, USA, N. 14, 24p., August 1994.

CRIVISQUI, E. **Repaso de los principales conceptos estadísticos y matemáticos necessários para la comprensión de los métodos de análisis de datos multidimensionales**. Belgique, Université Libre De Bruxelles, 1997.

GRAS, R. BENOIT, M. DEFFONTAINES, J. P. et al.. Le fait technique en agronomie. **Activité agricole, concepts et methods d'étude**. Paris: L'Harmattan/INRA, 1989. 184p.

LUSHO, S. PAPA, D.. Land Fragmentation And Land Consolidation In Albânia. **Working Paper Albania Series**. Land Tenure Center. University of Wisconsin N 25. 43p. Madison. December 1998.

MacPHERSON, M. F.. **Land Fragmentation: A Selected Literature Review**. Cambridge, Mass: Harvard University, 1982.

MORLON, P.. (Coord) Comprendre L'agriculture Paysanne Dans Les Andes Centrales: Peru – Bolivie. **Ecologie et aménagement rural**. Paris: INRA, 1992. 522p.

MURRA, J. V.. Valorisation de la diversité écologique. In MORLON, P. (coord) Comprendre L'agriculture Paysanne Dans Les Andes Centrales: Peru – Bolivie. **Ecologie et aménagement rural**. Paris: INRA, 1992. 522p. p. 120-140.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

RIDDELL, J. & REMBOLD, F.. **Farm land rationalisation and land consolidation: strategies for multifunctional use of rural space in eastern and central Europe**. 2001.

SONNENBERG, J. K. B.. Restitution Of farming Land (Land Reform) By Land Consolidation. In **FIG XX. INTERNATIONAL CONGRESS**, Melbourne, 1994 Congress Proceedings. Austrália: FIG, 1994.

SONNENBERG, J. K. B.. The European dimensions and land management – policy issues (land readjustment and land consolidation as tools for development). **ANNUAL MEETING: "LAND MANAGEMENT IN THE PROCESS OF TRANSITION"**. Budapest 1996., Hungary: FIG, Commission 7, 1996.

TENKANEN, A. **Environmental aspects of land consolidation**. 2001.

VAN DIJK, T.. Effects of Land Consolidation In Practice Analysis Of Post-War Experience In The Netherlands. In **land markets and land consolidation in central Europe VI**, Delft – UDMS 2000. p. 51 – 67.